IMPRESSO

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 26 de agosto de 1999 Ano 1 Nº 03

Aprovada federalização do BESC

Contando com os votos dos deputados Afonso Spaniol (PDT) e Ivo Konell (PMDB), a bancada governista conseguiu, na segunda-feira (23) à noite, os 24 votos, ou 3/5 dos parlamentares, necessários para alterar a Constituição Estadual e retirar do Executivo catarinense o controle acionário do BESC. A federalização do banco chegou ao conhecimento da opinião pública através da carta enviada pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ao governador Esperidião Amin, datada de 29 de julho, quando as autoridades federais determinaram que este era o único caminho para evitar a liquidação do BESC, marcando como data limite para aprovação da matéria o dia 31 de agosto. Agora, o governo do Estado, através de autorização da Assembléia Legislativa, passa o controle acionário do banco à União até 30 de setembro, mediante um refinanciamento que pode chegar à quantia de R$ 2 bilhões.

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Encaminhamento de votação para federalização do BESC

Ainda neste mês haverá a assinatura do termo de compromisso de gestão, na qual o governo estadual e a diretoria do BESC formulam com o Banco Central as regras para administrar a instituição financeira. Além de transferir a administração do banco para o órgão federal, mantendo a diretoria do BESC até a federalização que será consumada em setembro, o termo vai incluir a garantia do Banco Central de que serão mantidas as 147 agências pioneiras. Até 30 de setembro os deputados devem aprovar legislação ordinária que vai estabelecer os valores do contrato de federalização, quantia que será acrescentada à dívida pública de Santa Catarina, assim como o Programa de Demissão Voluntária (PDV) que será implantado em seguida. O contrato passa as ações do BESC do Estado para a União, ficando o Executivo responsável por apurar o valor do déficit que será coberto com financiamento federal, com juros de 6% ao ano. As principais contas são os débitos com a Fusesc, créditos em liquidação, incentivo às demissões e ações judiciais.

Privatização

O mês de setembro de 2001 foi estabelecido como prazo para realização do leilão de privatização do BESC, sendo que, durante este período, o Banco Central vai sanear e administrar o banco. Em alguns estados, foram mantidas as diretorias já nomeadas, já em outros o BC nomeou interventores.

Recursos da federalização do IPESC poderão quitar folhas em atraso

Após consultas jurídicas, o deputado Nelson Goetten (PPB) apresentou requerimento sugerindo ao Governador do Estado que encaminhe projeto de lei, solicitando à Assembléia autorização para a utilização de parte dos recursos advindos da federalização da dívida do IPESC, para saldar as três folhas de pagamento em atraso junto aos servidores estaduais desde o governo passado.

Pela proposta, o Executivo comprometer-se-ia a reembolsar mensalmente esses recursos, através da vinculação de cerca de R$ 8,5 milhões da arrecadação do ICMS.

Segundo o parlamentar, a Assembléia tem o poder de disciplinar o uso dos recursos e acredita que, se o Governador enviar tal projeto, não há dúvida de que será aprovado.

Irregularidades no Hospital de Araquari
Página 4

Definido Calendário do Orçamento Regionalizado
Página 8

OPINIÃO

Políticas públicas à venda

O Governo Amin, atrelado a FHC, trouxe para o Estado de Santa Catarina, "políticas públicas" neoliberais ditadas pelo FMI e que ele próprio ajudou a aprovar no Congresso Nacional. Nestes primeiros meses suas ações estão voltadas para o desmonte de direitos sociais dos trabalhadores, especialmente dos servidores públicos e para as privatizações, vigas mestras do "estado mínimo" defendido.

Na área da assistência à saúde dos servidores expôs crueldade, suspendeu o atendimento à saúde através do IPESC e aumentou a fila do Sistema Único de Saúde - SUS, comprometendo ainda mais a qualidade dos serviços. A criação do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos - PLAM, que transfere para a iniciativa privada os serviços públicos de assistência médica e hospitalar ao servidor, implementa também no setor políticas neoliberais, ainda mais com a federalização da dívida do IPESC.

Outra ação decisiva, pelo menos sob a ótica das políticas neoliberais, foi a aprovação da emenda que trata da federalização da dívida do BESC, o primeiro passo para a privatização do banco. A decisão da Assembléia Legislativa, expressa na votação do dia 23 de agosto de 1999, significa a derrota da perspectiva democrática desta Casa.

A ação contraditória do governador Amin, que assumiu o compromisso de manter o BESC público no período de campanha eleitoral, torna público a intenção de privatizar o banco, manifestada diante do Governo FHC logo após sua eleição, conforme denúncia do então presidente do Banco Central, Gustavo Franco. O governador conhece a importância e o valor do BESC para o povo catarinense e a sua relevância para os defensores do neoliberalismo e para o lucro dos banqueiros privados.

As duas ações do Governo do Estado finalizadas nos últimos dias demonstram o compromisso que tem com o Governo FHC, no que diz respeito ao desmonte do patrimônio público, especialmente a entrega das instituições públicas para as privadas. O que está subjacente na política federal hegemônica representada também em SC é aquela que constrói a concepção de que tudo o que vem do Estado é incompetente, improdutivo e ineficiente e por tanto é o mal e precisa ser destruído, o que significa hoje ser privatizado, destruindo assim todas as políticas públicas. Tais políticas, se observadas e colocadas em prática com responsabilidade e compromisso com o cidadão, existem para trazer mais qualidade de vida, justiça e igualdade social.

Deputado Pedro Uczai (PT)

A responsabilidade de cada um

Os recentes episódios envolvendo as votações de propostas que autorizavam o Governo a proceder à federalização do BESC e à federalização da dívida do IPESC se constituem em fortes exemplos do quanto a Assembléia Legislativa é responsável pelos rumos da história de Santa Catarina. Com o devido respeito que merecem os demais poderes do Estado, podemos afirmar que é no Parlamento que a História realmente se configura: afinal, é aqui que a sociedade catarinense está representada nas suas mais diversas matizes e tendências na busca do bem-comum.

É preciso que nos lembremos, sempre, dessa constatação, e da imensa reponsabilidade de cada um de nós, dos 40 parlamentares, em relação aos destinos do nosso Estado, de nossa gente. É preciso, muitas vezes, um olhar acima dos interesses partidários, com um elevado custo eleitoral, inclusive, para que se possa olhar com olhos da sociedade em geral. É esse o espírito que tem de nos orientar e que, infelizmente, nem sempre acontece.

Nós, do PPB, como co-responsáveis pelo governo que dirige este Estado, temos a responsabilidade adicional de dar o respaldo às ações que visam à concretização de dias melhores para Santa Catarina. Temos esta tarefa juntamente com os demais partidos que formam a Coligação Mais Santa Catarina, que elegeu e dá sustentação ao governo estadual.

É uma tarefa árdua porque o atual governo herdou uma pesada herança da administração anterior , e para refazer o Estado (aquele com o qual sonhamos e conhecíamos) é imprescindível a participação direta do Legislativo Estadual. Uma tarefa que exige, por vezes, remédios amargos, muita compreensão por parte da sociedade e muita, mas muita mesmo, responsabilidade por parte de cada um de nós, deputados estaduais.

Deputado Nelson Goetten de Lima (PPB)

Mesa Diretora:
Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)
4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:
Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler,Rubens Vargas,
Rose Padilha , Ana Maria Baggio, Paula Moreira
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn,
Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves
Ilustrações: Hudson Mendes Cardoso
Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

MESA

Intercâmbio universitário com a Itália

Representantes das universidades catarinense foram recebidos pelo presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, deputado Gilmar Knaesel (PPB) para discutir os critérios a serem adotados na seleção dos candidatos ao intercâmbio universitário entre Brasil e Itália. O convênio foi firmado com a "ESU di Venezia" (Empresa Regional para o Direito ao Estudo Universitário) em julho último.

Estiveram presentes representantes das reitorias da Acafe, Furb, Febe, Unisul e Udesc, sendo que as duas últimas já assinaram o protocolo de intercâmbio sócio-cultural para o direito ao estudo universitário válido para as três universidades de Veneza.

A bolsa inicial é para o curso de língua italiana com duração de dois meses. Passada a primeira etapa, o intercâmbio será estendido a outras especialidades da área cultural, legislativa, turística e econômica. Cada uma das universidades de Veneza colocou 60 vagas à disposição dos estudantes brasileiros. A estadia, a alimentação e o custo do curso são oferecidos pela ESU. A passagem até a Itália fica por conta do estudante. Professores, técnicos e até ex-alunos também poderão participar.

"O trabalho dos parlamentares catarinenses na Itália abriu o caminho para que as universidades estabeleçam relações com aquele país," explica o presidente Gilmar Knaesel. "Agora as instituições podem negociar diretamente com a própria ESU os detalhes do intercâmbio de acordo com as necessidades e capacidades dos dois lados".

Isto porque o acordo é baseado no princípio da reciprocidade, o que implica na vinda de estudantes italianos para Santa Catarina. O que ainda será definido pelas universidades é como esta recepção será feita. Existem duas possibilidades. A primeira e mais viável no momento é a de comprometimento da família do estudante brasileiro em receber como hóspede um estudante italiano. A outra alternativa, de resultado mais a longo prazo, é a alteração na lei que regulamenta o artigo 170, incluindo neste recursos para convênios internacionais.

As reitorias das universidades se reunirão novamente para definir os critérios a serem negociados com a ESU, podendo assim tratar do assunto em bloco e apresentando propostas homogêneas. A partir de setembro, pretendem iniciar as tratativas com a Itália.

CENTRO DE INFORMAÇÕES NA ALESC

Com o objetivo de aprimorar os serviços de atendimento ao público que demanda à Assembléia, será inaugurado em 1º de setembro o Centro de Informações. Trata-se de reforma na atual recepção que será dotada de estrutura de informática capaz de acessar informações desde a localização geográfica de gabinetes parlamentares e setores da Casa , até sobre a tramitação das proposições em andamento. Segundo o presidente Gilmar Knaesel, "o acesso à informação é pressuposto do fortalecimento da democracia".

Numa primeira fase estarão disponíveis informações sobre as atividades nas Comissões, votações em Plenário, Ordem do Dia, atividades no Plenarinho e programação cultural. Também serão prestadas informações de serviços, como localização de hospitais, repartições públicas e endereços de autoridades, entre outros.

Knaesel fará palestra sobre Reforma Tributária

A "Reforma Constitucional Tributária Brasileira" será o tema a ser abordado em palestra a ser proferida pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), durante esta semana, no Centro de Convenções do Sistema FIESC, em Florianópolis, fazendo parte da abertura do II Congresso Sul-Brasileiro de Direito Tributário.

A palestra do presidente abordará três aspectos. O primeiro versará sobre o panorama político do Congresso Nacional e a posição dos políticos catarinenses. Tratará também da formação de uma frente dos deputados estaduais catarinenses, através da União Nacional das Assembléias Legislativas Estaduais – UNALE – para acompanhar o desenrolar do processo da reforma tributária, com ênfase na assistência ao Estado.

O deputado, além de abordar, num segundo momento, sua preocupação com a repercussão política da reforma nos sistemas tributários estaduais e municipais falará, como terceiro item, sobre as necessidades e rol de medidas com vistas à melhoria da máquina de arrecadação tributária.

Estudantes visitam exposição sobre Farrapos

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Mais de 3 mil estudantes visitaram a exposição montada na Galeria de Artes da Assembléia durante o mês de agosto. A Guerra dos Farrapos , a República Juliana e a vida de Anita Garibaldi atrairam a atenção de jovens de várias regiões do Estado.

COMISSÕES

Hospital de Araquari tem problemas

A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), realizou audiência pública proposta pelo deputado Jaime Duarte (PPS). O assunto foi a situação do Hospital Bom Jesus de Araquari, norte do Estado. Além dos parlamentares estiveram presentes o secretário estadual de Saúde, Eni Voltolini, o coordenador de administração hospitalar da Secretaria Estadual de Saúde, Luiz Henrique Saliba e o diretor do Hospital Bom Jesus, Antônio Carvalho.

Jaime Duarte afirma que há mais de 15 anos o hospital vem enfrentando dificuldades de repasse de recursos pelo governo do Estado. "Nos últimos meses a situação se agravou e agora o atendimento ao público está sendo parcial."

O Hospital Bom Jesus de Araquari, de propriedade do Estado, está cedido para a Associação Beneficente Menino Deus. Em 97, segundo Volnei Morastoni, uma auditoria realizada pela Secretaria Estadual de Saúde apontou uma série de irregularidades, como falta de sistema contábil e controle de dívidas. Essas dívidas aliadas à falta de recursos, agravaram a situação do hospital. Por falta de pagamento dos salários, médicos deixaram de atender durante o dia, prestando serviços ao público somente à noite.

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputados Jaime Duarte e Volnei Morastoni

Nos primeiros quatro meses do governo Amin, a Secretaria de Saúde repassou mensalmente ao hospital a quantia de R$ 50 mil. Porém, nos últimos meses, apenas 54% desse valor foi destinado ao hospital.

Propostas

O maior questionamento apresentado durante a audiência pública foi a forma de gestão do hospital, o que motivou a criação de uma comissão para estudar qual a forma ideal de gerenciamento. Uma das propostas apresentadas foi do deputado Joares Ponticelli (PPB). Ele sugere a parceria com universidades, transformando o hospital em centro de referência na área da saúde. Além dessa comissão, outra deverá ser constituída para permanente acompanhamento e avaliação do hospital.

O secretário Eni Voltolini afirmou que o governo do Estado vai repassar a parcela de agosto ao hospital, para o pagamento de funcionários. A Secretaria vai estudar também a possibilidade de remanejar dois ou três médicos para o hospital de Araquari, para atender ao público durante o dia. A prefeitura deve também remanejar médicos dos postos de saúde do município para o hospital. Os profissionais que não prestaram atendimento nos últimos meses deverão ser responsabilizados.

Deputados realizam audiência pública sobre BR-282

A Comissão Parlamentar Externa constituída para tratar das obras da BR-282 realizou audiência pública no município de São José do Cerrito, no Planalto Serrano. Estiveram presentes o presidente da CPE, deputado Romildo Titon (PMDB), Francisco de Assis (PT), Onofre Agostini (PFL), Jaime Mantelli (PDT), Reno Caramori (PPB) e Neodi Saretta (PT). Compareceram ainda o diretor geral do DER, Edgar Roman, o representante do DNER, Gervásio Marcinichen, prefeitos e moradores da região.

O objetivo da comissão é acompanhar os trabalhos na rodovia, trecho Lages/São José do Cerrito/Vargem/Campos Novos, num total de 103 km. Segundo Titon, a BR-282 é um dos principais corredores de transporte do Estado e, devido às precárias condições de tráfego, está provocando o êxodo rural e urbano e o empobrecimento da região.

O diretor do DER, Edgar Roman, disse que no momento o governo do Estado não tem recursos para aplicar nesse trecho e que está solicitando à Presidência da República, ao Ministério do Transportes e ao DNER R$ 2, 6 milhões da dotação orçamentária para atendimento dos convênios, principalmente o trecho tratado pela CPE. Ao final da audiência, foi formulado um documento que deverá ser encaminhado a segmentos estaduais e federais solicitando a renovação do convênio com o Batalhão Ferroviário e destinação de R$ 150 mil mensais para execução das obras; tirar do contrato a cláusula entre o DNER e o DER que impede a destinação de recursos da União para o trecho Lages/São José do Cerrito; inclusão no orçamento federal de 2000 e no Programa BID 4 de recursos para o referido trecho da rodovia.

PLENÁRIO

Rogério Mendonça faz duras críticas à política argentina no Mercosul

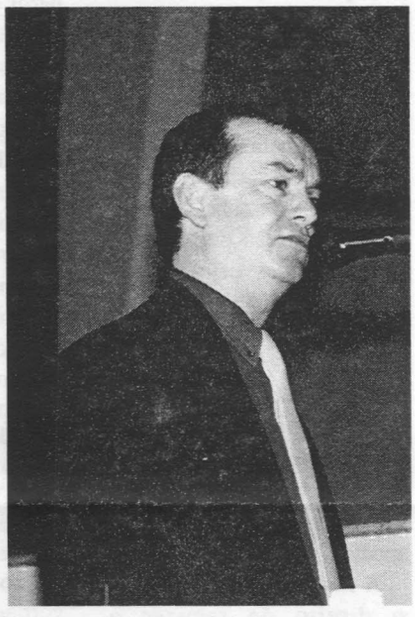
A tentativa de restrição do mercado argentino aos produtos brasileiros foi duramente criticada pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB), que considera necessário "devolver na mesma moeda".

O Mercosul hoje está servindo para que o Brasil, com sua miséria, financie a miséria do povo argentino, disse o deputado Rogério Mendonça (PMDB), ao criticar a relação comercial existente entre o Brasil e o país vizinho. Segundo ele, o governo tem de sair da apatia em que se encontra e devolver na mesma moeda as ameaças argentinas de fechamento de mercado para os produtos nacionais, criando imediatamente restrições à entrada de cebola, alho, leite e outros produtos atualmente importados.

Com base nos dados apresentados pelo parlamentar, em 1990 "importamos da Argentina 17 mil toneladas de cebola, contra 329 mil toneladas no ano passado, o que equivale a toda a produção de Santa Catarina, maior produtor nacional. Com o alho a importação à época foi de 24 mil toneladas e hoje chega a 70 mil; a batata passou de 5 mil para 95 mil; o arroz de 180 mil para 493 mil; a maçã de 49 para 97 e o leite de 1.140 toneladas hoje importamos 131.460 toneladas".

Para Mendonça a integração é um processo de parceria, onde os países aliados formam um bloco econômico para se fortalecerem em busca de outros mercados e consolidarem interesses comuns. "No caso do Mercosul, o Brasil é o grande visado para satisfazer interesses de países vizinhos. Temos de admitir que o Brasil precisa da Argentina para satisfazer sua demanda de alimentos, já que não temos produção interna suficiente, pois o país não oferece condições para que nossos agricultores possam aumentar a oferta de alimentos".

O parlamentar reconhece que, se não forem importados produtos básicos para atender à demanda interna de alimentos, "vai faltar comida e a inflação vai para o espaço". Mas também condena o desinteresse do governo em melhorar a renda da população, porque isso determinaria o aumento do consumo e a conseqüente inflação por falta de alimentos. "O mesmo acontecerá se baixarem as taxas de juros. Isso não é política econômica. Não é planejamento para o desenvolvimento de um país", enfatizou o deputado.



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Rogério Mendonça (PMDB)

Complexo Lagunar tem política de defesa

Aprovado projeto de lei do deputado Pedro Uczai (PT) que dispõe sobre a política de defesa dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul, que tem a finalidade de estabelecer as condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis das lagoas Santo Antonio, Imaruí, Mirim, Santa Marta, Ribeirão e Camacho, localizadas nos municípios de Laguna, Imbituba, Imaruí e Jaguaruna, mediante a concentração de esforços de órgãos governamentais e cooperação técnica de segmentos da sociedade.

Os objetivos da política de defesa dos ecossistemas do Complexo Lagunar Sul são os seguintes: conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; estruturar o sistema de proteção ambiental; desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente; disciplinar a pesca; disciplinar a ocupação territorial e a exploração racional das lagoas, fundamentadas no ordenamento territorial e ambiental; regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação atrópica e proteger e desenvolver as comunidades tradicionais envolvidas no processo de extrativismo.

MPs aprovadas

Com parecer favorável da Comissão de Justiça, o plenário aprovou a admissibilidade de duas medidas provisórias. A MP 79/99, encaminhada pelo Executivo, prevê a autorização para contratar, por prazo determinado, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça. Os contratados, num total de 144, atuarão exclusivamente nos centros educacionais, de internamento provisório e casas de semi-liberdade. As cidades beneficiadas serão Florianópolis, Lages, São José e Chapecó.

Já a MP 80/99 autoriza o Executivo a prorrogar o prazo do contrato de pessoal por tempo indeterminado, no âmbito da Secretaria da Saúde, fixando prazo para realização de concurso público. Agora as matérias voltam à Comissão de Justiça onde serão apreciadas no mérito, podendo receber emendas para depois retornar ao plenário para deliberação final.

PLENÁRIO

Medicamentos com validade vencida

É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das distribuidoras dar destinação aos medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder de farmácias localizadas no Estado. O enunciado faz parte do projeto de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), aprovado pela Assembléia. Para efeitos desta lei considera-se farmácia o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

A lei assegura às farmácias o direito de recusar o recebimento de produtos farmacêuticos, cujos prazos de validade específicos tenham decorrido em mais de um terço de sua totalidade, salvo se as indústrias ou distribuidoras assumirem compromisso de trocar os medicamentos vencidos. A partir da data em que expirar o prazo de validade dos medicamentos, as farmácias informarão aos fabricantes para que sejam tomadas as medidas determinadas. No prazo máximo de quinze dias, a contar do recebimento da informação, os fabricantes ou distribuidores providenciarão o recolhimento dos produtos, para destinação legalmente aplicável a cada caso.

Segundo o parlamentar, por falta de legislação específica, atualmente todo o ônus econômico decorrente da medicação vencida como a sua destinação estão a cargo do comerciante, o que na verdade deveria sempre ter sido da indústria farmacêutica, detentora das patentes e do poder econômico.

Veículos deverão expor telefone da empresa

Aprovado projeto de lei do deputado Gelson Sorgato (PMDB) que determina a obrigatoriedade de identificação do número do telefone da sede da empresa ou do proprietário, nos veículos licenciados no Estado, destinados ao transporte de carga e de passageiros. O número do telefone deverá ser afixado na parte traseira dos veículos, em lugar visível, constando o código de discagem direta à distância, seguido do número do telefone. Sorgato considera que esse procedimento vai facilitar o controle do comportamento dos condutores de veículos, dando maior segurança aos usuários e a terceiros.

Ciro Roza contra a indústria das multas

Com o propósito de evitar a "indústria das multas", o deputado Ciro Roza (PFL) apresentou projeto de lei tratando sobre a instalação de controladores eletrônicos de velocidade e de semáforos nas rodovias catarinenses. Segundo o projeto, os equipamentos integrados de disparador de fotografia por radar destinados à autuação automática de infrações de trânsito, só poderão ser instalados se forem perfeitamente visíveis aos usuários, precedidos de três placas de advertência, com intervalos de cem metros entre si, seguidas da indicação númerica da distância que separa a placa do equipamento sinalizador, além da indicação da velocidade máxima permitida para o local.

O projeto também prevê que a instalação de lombadas eletrônicas, em áreas urbanas e em rodovias, deverá estar sempre associada à travessia de escolares ou de intensa movimentação de pedestres, devendo, nestes casos, estarem acompanhadas da correspondente sinalização. O parlamentar busca ainda regulamentar procedimentos para aquisição e manutenção de controladores eletrônicos e remuneração dos serviços desses equipamentos pelo Estado e municípios.

Redução de tributos sobre alimentos de consumo popular

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) é autor de projeto aprovado alterando as alíquotas de impostos cobrados sobre produtos de consumo popular, entre eles, salsichas, mortadelas e lingüiça de carne suína e mista, não curadas.

A intenção do parlamentar é reduzir o custo desses produtos, amenizando assim, o valor da cesta básica. "Essa medida é oportuna e pertinente, pois esses produtos fazem parte da alimentação dos brasileiros, especialmente daqueles de baixa renda", justifica. O próprio queijo já foi incluído na mesma categoria, ou seja, como produto de consumo popular, afirmou.

Obrigatória a construção de banheiros públicos nos municípios

Aprovado projeto apresentado pelo deputado Nilson Gonçalves (PFL) que estabelece a obrigatoriedade para os municípios de manterem banheiros públicos em condições de uso nas áreas centrais. A lei determina pelo menos um banheiro para cada 50 mil habitantes, sendo que nos municípios com população inferior a dez mil habitantes terá de haver pelo menos uma unidade. É facultado ao município conceder à iniciativa privada o direito de construção, manutenção e exploração dos banheiros públicos.

Pesagem de caminhões poderá ter tolerância

A pesagem dos caminhões parados poderá ter tolerância de 5%, se aprovada proposição do deputado Clésio Salvaro (PFL) estipulando também margem de 7,5% sobre o peso padrão na pesagem por eixos. Segundo o parlamentar, a deliberação 9/99 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e que foi acordada entre o Ministro dos Transportes e os caminhoneiros definindo as margens de tolerância, não está sendo seguida no Estado. Em função da medida adotada pelo Contran, Salvaro apela para que a Assembléia proponha a suspensão da pesagem nos moldes antigos.

Sché quer unificação das Polícias Civil e Militar

O Plenário aprovou indicação, de autoria do deputado Heitor Sché (PFL), sugerindo ao Governador do Estado o encaminhamento de um projeto de lei à Casa restabelecendo a unificação do comando das Polícias Civil e Militar, assim como a unificação das forças policiais através da integração das respectivas academias de polícia. Citando casos como os assaltos a um edifício na Beira Mar Norte e ao posto de arrecadação do BESC do Detran, o parlamentar afirmou que o aumento da criminalidade é uma preocupação nacional e que já se faz sentir no Estado, sendo que os projetos de fusão tramitando no Congresso Nacional são soluções para longo prazo.

Sché acredita que a adoção imediata destas medidas diminuiria a incidência dos crimes no Estado, enfatizando que a criminalidade aumenta de forma assustadora, mostrando sua preocupação com a proximidade da temporada de verão. Delegado de polícia, o parlamentar frisou que o sistema de segurança pública em vigor no Estado é superado, já que outros estados da federação vêm modernizando a atuação no setor. Ele reiterou que o homem de segurança catarinense, das duas corporações, é competente e corajoso, mas que necessita de orientação para cumprir suas funções com mais esmero.

Troca-troca pesqueiro

Levando em consideração que Santa Catarina possui diversas colônias de pescadores, o deputado Nilson Gonçalves (PFL) apresentou indicação ao Secretário da Agricultura solicitando que o Programa Troca-Troca da agricultura seja estendido à classe pesqueira. Alerta que esse procedimento poderá minorar a situação de penúria dos pescadores catarinenses, que sofrem com a ausência de uma política econômica que os favoreça. Diz que diante do desamparo a que estão submetidos, muitos pescadores estão em vias de migrarem para as zonas urbanas.

Deputada Ideli quer sustar contratação de estagiários

A deputada Ideli Salvatti (PT) apresentou projeto para anular dispositivos do Decreto Governamental 387/99, que permite contratar estagiários para atuarem como professores. Conforme justifica a parlamentar, a legislação estadual determina a forma de contratação de profissionais da educação em caráter temporário (ACT´s) para atuar na substituição do quadro efetivo.

"Em lugar de estabelecer concurso público para atender a ausência de professores nas escolas, o governador assina um decreto que visa criar a rotatividade de alunos-estagiários", denunciou. Na sua avaliação, essa prática inviabiliza o projeto político pedagógico garantido pela LDB.

Ideli garante que fará de tudo para sustar mais este ato ilegal do governador. "Amin abusa de seu poder de regulamentar matéria contida em Lei, abrindo precedente de fugir ao cumprimento da Constituição e da legislação federal e estadual vigentes", finaliza a deputada.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao Presidente da Telesc, a instalação de um telefone público, na localidade de São João dos Cavalheiros, no município de Três Barras

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao Secretário da Saúde, a liberação das parcelas em atraso, desde o mês de maio, da verba destinada ao Hospital Senhor Bom Jesus, em Araquari. O hospital está com atendimento restrito, praticamente fechado, sendo que os 47 funcionários e os sete médicos estão sem receber seus salários desde maio passado.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao Presidente da Casan, para a construção urgente de um poço artesiano, destinado à captação de água, nas proximidades do "Meu Postinho", no município de São Cristóvão do Sul.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) apresentou pedido de informação ao Governador do Estado, indagando sobre a situação dos prédios escolares no Estado diante do cumprimento do Projeto de Nucleação.

Deputado Manoel Mota (PMDB) parabenizando a comunidade de Turvo pela realização da XV Festa do Colono e VII Arrancada Catarinense de Tratores, que aconteceu no último final de semana.

Deputado Romildo Titon (PMDB) cumprimentou a atleta Chana Franciela Masson, residente em Capinzal, pela conquista da medalha de ouro na modalidade de handebol, nos jogos de Winnipeg, no Canadá.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao Presidente da Casan, para que viabilize um recalque de água tratada nas proximidades da COHAB, no Distrito de São Cristóvão, com a construção conjugada de um reservatório na localidade de Alto Musse, no mesmo distrito, no município de Três Barras.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador, indagando se existe algum agricultor no Estado que foi beneficiado com recursos do Banco da Terra.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Ministro da Previdência, estendendo benefício aos trabalhadores com idade acima de 65 anos que optarem por permanecer na ativa.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário da Agricultura, medidas urgentes para a regulamentação da Lei nº 11.069/98, que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Benedet propõe uso de faróis baixos nas rodovias

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou projeto de lei propondo a obrigatoriedade na utilização de faróis baixos pelos veículos que transitarem nas rodovias catarinenses. "A experiência sueca, canadense e de estados vizinhos nos mostra que essa simples medida é responsável pela redução considerável do número de acidentes de trânsito", esclarece.

Na opinião de Benedet, o uso de faróis acesos durante o dia ajuda os pedestres e os motoristas de outros veículos no cálculo da distância da direção e na noção da velocidade. "Com esse simples ato, o motorista prepara-se para estar alerta a uma situação de risco e perigo, que é conduzir um veículo em vias públicas", afirma.

De acordo com o projeto, os automóveis deverão circular com os faróis acesos 24 horas, sendo que no perímetro urbano a utilização será facultativa.

ESPECIAL

Definido Calendário do Orçamento Regionalizado

A Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado presidida pelo deputado João Rosa (PSDB), esteve reunida nesta semana com os conselheiros titulares e suplentes de todo o Estado . Em 97 e 98, essa coordenadoria realizou audiências públicas regionalizadas nas cidades-pólo das nove regiões constantes do Plano Plurianual, colhendo as propostas prioritárias de investimentos de cada região e seus municípios componentes.

Nesses dois anos, o Conselho do Orçamento Estadual Regionalizado destinou R$ 80 milhões da proposta orçamentária do Estado para as reivindicações solicitadas nas audiências regionais. A distribuição desses recursos foi feita de acordo com a população, mas até agora os valores não foram aplicados.

O presidente da Assembléia Legislativa, Gilmar Knaesel (PPB), que nos anos anteriores presidiu os trabalhos da comissão, reafirmou durante o encontro o compromisso em dar continuidade às atividades. "O Executivo vai remanejar os recursos designados às propostas colhidas no Orçamento Estadual Regionalizado, mas terá que cumprir com o que já foi definido anteriormente", afirmou. Nos próximos dias Gilmar Knaesel vai solicitar uma audiência com o governador Esperidião Amin e com o secretário da Fazenda, Antonio Carlos Vieira para que definam os valores que serão destinados ao Orçamento Estadual Regionalizado.

Antes, a distribuição dos recursos era feita de acordo com o índice populacional – o que foi criticado pelos conselheiros. Nesse encontro ficou definido que haverá mudanças nesses critérios. A distribuição dos R$ 80 milhões seguirá o seguinte percentual: 20% serão fixos - distribuídos de forma igualitária entre os municípios; outros 20% de acordo com a área do município e os restantes 60% de acordo com o índice populacional.

(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado João Rosa preside Comissão do Orçamento

As audiências públicas regionais serão realizadas até o final de outubro, obedecendo o cronograma a seguir:

REGIÃO	LOCAL	DATA
Oeste	Chapecó	30.09.99
Vale do Rio do Peixe	Pinheiro Preto	01.10.99
Planalto Serrano	Lages	07.10.99
Sul	Criciúma	08.10.99
Norte	Canoinhas	14.10.99
Nordeste	Joinville	15.10.99
Alto Vale do Itajaí	Rio do Sul	21.10.99
Vale do Itajaí	Brusque	22.10.99
Grande Florianópolis	Palhoça	27.10.99

Agenda

De 24 a 27, Exposição em homenagem ao Ex-Presidente da República, Getúlio Vargas, no hall do Palácio Barriga Verde.

Dia 26, às 19 horas, lançamento da 2ª edição do Código Municipal Comentado de Posturas de Florianópolis, de autoria de Bernadete Ferreira Farias, no hall do Palácio Barriga Verde.

Dia 30, às 10:30 horas, reunião da CPI que apura possíveis irrregularidades no BESC, na Sala 027.

Dia 01, Exposição sobre as mudanças na lei trabalhista no que se refere ao trabalho infantil.
Local: Plenarinho

Dia 01, às 20 horas, abertura da Exposição de Arte "A Guerra do Contestado", que permanecerá até o final do mês.
Local: Hall do Palácio Barriga Verde.

Dia 01, às 19:30 horas, inauguração do Centro de Informações.

Scherer receberá homenagem na AL

De autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PPB), 1º secretário da Mesa Diretora, foi aprovado requerimento para a realização de sessão especial para homenager o nadador Fernando Scherer. Ganhador de quatro medalhas de ouro nos jogos Pan-americanos, realizados em Winnipeg, Canadá, Xuxa, como é conhecido, é natural de Florianópolis. Hoje, Fernando Scherer mora nos Estados Unidos e compete pelo Clube de Regatas Flamengo.

A Presidência da Assembléia está mantendo contato com a família do atleta para poder marcar o dia e hora da sessão, pois depende da disponibilidade de sua agenda para comparecimento à homenagem.